



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

Parecer Jurídico

PJ Nº: 36206/CONJUR/GABSEC/2024

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

Protocolo

- Número: 2021/0000008007

- Data Protocolo: 09/03/2021

Empreendimento

- Nome/Razão Social/Denominação: Roberto Paulo Auad Oliveira

Assunto

parecer jurídico

ANÁLISE JURÍDICA

Processo nº: 2021/0000008007

Interessado: Roberto Paulo Auad de Oliveira

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. NÃO ATENDIMENTO DE NOTIFICAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. RELATÓRIO:

Os autos do Processo Administrativo Infracional nº 2021/0000008007, iniciam-se com o Auto de Infração nº AUT-2-S/21-02-00529, lavrado em 26/02/2021, em face de Roberto Paulo Auad de Oliveira (CPF nº 577.348.952-04), no qual foi verificada a seguinte infração “**Deixar de atender a Notificação nº 762/2016-DIFISC, conforme o AR 497824162JS, referente a entrega espontânea de 10 (dez) passeriformes, sendo: três machos espécie de Sporophila angolensis (curió); quatro machos da espécie Turdus rufiventris (sabiá vermelho); um macho e uma fêmea da espécie Amazona amazonica (papagaio); um macho Sporophila caerulescens (coleira). Os quais foram declarados através do documento nº 31327/2014.**”, contrariando o art. 80, do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se no art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Em relação à notificação nº 140112/GEFAU/COFISC/DIFISC/SAGRA/2021, esta foi encaminhada ao autuado em 10/03/2021, notificando o autuado de acordo com os autos do Processo



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 36206/CONJUR/GABSEC/2024

Administrativo Punitivo nº 8007/2021, no qual consta o Auto de Infração: AUT-3-S/21-02-00529/GEFAU lavrado na sede desta Secretaria, ante a constatação da atividade de Criação de Passeriformes em face de Deixar de atender a Notificação nº 762/2016-DIFISC, conforme o AR 497824162JS, referente a entrega espontânea de 10 (dez) passeriformes, sendo: três machos espécime de *Sporophila angolensis* (curió), quatro machos da espécie *Turdus rufiventris* (sabiá vermelho); um macho e uma fêmea de espécimes *Amazona amazônica* (papagaio), um macho *Sporophila caerulescens* (coleira). Os quais foram declarados através do documento nº 31327/2014; contrariando dessa forma o disposto no Art. 80, do Decreto Federal nº 6514/2008; enquadrando-se no Artigo 118, incisos I e VI, da Lei Estadual 5.887/1995 em consonância com o Artigo 70 da Lei Federal nº 9605/1998 e Art. 225 da Constituição Federal de 1988. o Artigo 70 da Lei Federal nº 9605/1998 e Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Posteriormente, foi elaborado o Relatório de Fiscalização nº REF-3-S/21-03-00326, o qual reiterou a infração apontada no auto de infração, bem como descreveu as atividades adotadas pela equipe responsável pela fiscalização. Dentre as informações acostadas, foi mencionado que o Sr. ROBERTO PAULO AUAD DE OLIVEIRA protocolou nesta SEMAS o documento nº 31327/2014, de 27 de agosto de 2014, onde informou possuir sob sua posse 10 (dez) passeriformes, sendo: três machos espécie de *Sporophila angolensis* (curió); quatro machos da espécie *Turdus rufiventris* (sabiá vermelho); um macho e uma fêmea da espécimes *Amazona amazonica* (papagaio); um macho *Sporophila caerulescens* (coleira), os apresentando voluntariamente ao órgão por meio do citado documento, ao mesmo tempo em que solicitou a guarda dos animais.

Tal solicitação, juntamente com inúmeros outros de mesmo teor, foi provocada pela interpretação equivocada da Resolução CONAMA nº 457/2013, uma vez que passarinhos de diversos Municípios do Estado acreditavam ser possível receber do Órgão Ambiental consentimento da guarda das aves silvestres que eram mantidas em cativeiro ilegal.

O pedido do Sr. ROBERTO PAULO AUAD DE OLIVEIRA, assim como os mais de 2.000 processos de mesmo cunho, foi indeferido, e esta Secretaria adotou o procedimento de notificar os passarinhos e recepcionar os animais no prédio da Diretoria de Fiscalização (DIFISC) desta SEMAS/PA. O citado senhor foi notificado (sob Notificação nº 762/2016-DIFISC), documento enviado via correios conforme o AR497824162JS, a entregar voluntariamente os 10 (dez) passeriformes no dia 16/11/2016 no prédio da SEMAS localizada na Av. João Paulo II, s/n, Bairro do Curió-Utinga, Belém - PA, no entanto, a notificação não foi atendida.

Desta forma, foi encaminhada a notificação por meio de AR, a qual foi recebida em



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 36206/CONJUR/GABSEC/2024

23/09/2021, porém não foi apresentada defesa pelo autuado.

É o relatório, passo à análise.

2. ANÁLISE JURÍDICA:

2.1. DA PROTECAO DO MEIO AMBIENTE:

Na legislação pátria, ao meio ambiente é dispensado um tratamento singular, fundado sobremaneira no princípio do desenvolvimento sustentável, amparado em normas destinadas a garantia do acesso equitativo aos recursos naturais e em postulados como os do usuário-pagador, do poluidor-pagador, da prevenção do dano ambiental e da participação popular.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, *caput*, consolida o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, nos moldes do §1º, VII, do dispositivo derivado da Carta Magna mencionado, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Tratando da proteção ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, VII, consubstancia o dever de todos os entes federativos, incluindo os Estados, em preservar as florestas, a fauna e a flora.

Em sede infraconstitucional, a Lei nº 6.938/81, instituidora da PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 6º, V, atribui a esta Secretaria Estadual, enquanto órgão seccional, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, a obrigação de conservar e preservar os recursos naturais.

2.2. DA INFRACAO E DA TIPIFICACAO DA CONDUTA:

O Auto de Infração descreve corretamente, de forma precisa e clara a infração ambiental cometida, cumprindo todas as formalidades legais exigidas ao caso, protegido pela plena legalidade,



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 36206/CONJUR/GABSEC/2024

não ofendendo nenhum princípio que viesse a lhe prejudicar a legitimidade.

Além disso, salientamos que tanto o auto de infração quanto o procedimento realizado por esta Secretaria de Estado, que indicaram a ilegalidade na acao do autuado, estão fundamentados e de acordo com os ditames legais que regem a matéria fornecendo, portanto, o devido alicerce a esta análise, bem como a autuação.

Assim, presentes a autoria e a materialidade da infração, o autuado infringiu os dispositivos a seguir elencados:

Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Decreto Federal n.º 6.514/2008

Art. 80. Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental:

Multa de R \$1.000,00 (mil reais) a R \$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Lei Federal Nº 9.605/1998

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda acao ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Lei Estadual 5.887/1995

Art. 118 Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes:

VI - desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares, padrões e parâmetros federais ou estaduais, relacionados com o controle do meio ambiente.

Evidenciada esta, portanto, a **procedência** do Auto de Infração lavrado contra o autuado.



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 36206/CONJUR/GABSEC/2024

2.3 DA GRADACAO DA PENA:

Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente, e os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais vigentes, nos termos do art. 130 da Lei Estadual nº 5.887/95, bem como pelos artigos 15 a 20 da nova Lei do Processo Infractional Ambiental (Lei Estadual nº 9.575/2022) que entrou em vigor em 08/11/2022.

A Lei nº 9.575/2022 em seu artigo 15 impõe que seja pautada a atuação do administrador público, quando da prescrição da multa, nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, guardando, então, uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim desejado pelo diploma legal.

Urge também que seja considerado, no estabelecimento do valor pecuniário, os princípios da educação ambiental e da prevenção, instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – art. 2º, inciso X, da Lei no. 6.938/81, utilizando-se a aplicação da multa como um modo de reeducar os representantes legais da infratora das normas ambientais, inculcando-lhes a consciência ecológica necessária ao repúdio de ulteriores atitudes divergentes dos mandamentos legais aplicáveis ao caso.

Celso Antônio Pacheco Fiorillo, em seu *Curso de Direito Ambiental Brasileiro* (14ª edição, editora Saraiva, 2017, p. 68), destaca que a legislação severa, que imponha multas e sanções mais pesadas, funciona também como instrumento da efetivação da prevenção.

Desta forma, e imprescindível que se leve em conta o poder econômico do poluidor, devendo as penalidades estarem atentas aos benefícios experimentados com a atividade e o lucro obtido a custa da inobservância das normas ambientais.

Assim, de acordo com as informações constantes nos autos, no caso em tela, **não foram vislumbradas circunstâncias agravantes ou atenuantes.**

Assim, considerando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade e do dano ambiental causado, caracteriza-se a infração aqui analisada como **LEVE**, recomendando-se a este Órgão Ambiental aplicar a penalidade de **MULTA SIMPLES** fixada em **2000 UPF 'S.**

Nesse sentido, cabe destacar que embora o auto de infração tenha sido lavrado antes da entrada em vigor da Lei Estadual nº 9.575/2022, as regras sobre conciliação tiveram aplicação imediata, a partir da publicação da mesma, inclusive com efeitos **ex tunc**.



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 36206/CONJUR/GABSEC/2024

2.4 DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Cabe destacar que nos termos da nova lei estadual para apuração de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei estadual nº 9.575/2022), a conciliação ambiental poderá encerrar o processo de infrações ambientais mediante uma das soluções legais previstas em lei a ser avaliadas junto ao Núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM.

Nesse sentido, cabe destacar que embora o auto de infração tenha sido lavrado antes da entrada em vigor da Lei Estadual nº 9.575/2022, as regras sobre conciliação tiveram aplicação de maneira imediata a partir da publicação da mesma, senão vejamos:

Art. 58. Esta Lei entrará em vigor após 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação, exceto o § 2º do art. 11 e arts. 44, 45, 54 e 55 desta Lei, que entrarão em vigor na data de publicação com efeito ex tunc aos processos administrativos infracionais em curso no órgão ambiental, para fins de conciliação e conversão de multa.

Desse modo, considerando que a lei entrou em vigor em 08/11/2022, bem como considerando o decreto 2.856/2023, segue-se aplicando os seguintes dispositivos da lei:

Art. 30. O desconto será concedido sobre o valor da multa simples aplicada pelo órgão ambiental estadual autuante, nos seguintes termos:

I - 50% (cinquenta por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer durante a vigência do prazo para defesa;

II - 45% (quarenta e cinco por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após o prazo de defesa e até a decisão de primeira instância, quando interposta defesa pelo autuado;

III - 40% (quarenta por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após a notificação dos processos passivos de que trata este Decreto;

IV - 35% (trinta e cinco por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após a decisão de primeira instância e até a decisão de segunda instância;

V - 30% (trinta por cento) para pagamento do débito de forma parcelada, com a devida correção monetária pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Portanto, cabe a análise pelo NUCAM do pedido de conciliação do autuado, utilizando como parâmetros para os percentuais de desconto na multa do Decreto Estadual nº 2.856/2023.

3. CONCLUSÃO



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 36206/CONJUR/GABSEC/2024

Ante o exposto, esta Consultoria Jurídica manifesta-se pela manutenção do Auto de Infração nº AUT-2-S/21-02-00529 em face de em face de Roberto Paulo Auad de Oliveira (CPF nº 577.348.952-04), por contrariar o art. 80, do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se no art. 118, inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, sugerindo que seja aplicada a **penalidade de Multa Simples no valor de 2000 UFF's**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da ciência de sua imposição, cabendo como opção a conciliação no que tange à multa imposta junto ao núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM, nos termos da Lei Estadual nº 9.575/2022.

É o parecer, salvo melhor juízo.

(assinado eletronicamente)

ROBERTA CARVALHO DA SILVA
PROCURADORA DO ESTADO
CONJUR/SEMAS

Belém - PA, 02 de Abril de 2024.

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- ROBERTA CARVALHO DA SILVA 02/04/2024 - 12:07;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/MaZh>

